

# COMPRASNET

## Pregão Eletrônico



**Aviso 16/06/2021 10:58:58**

PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL FORMULADO PELA EMPRESA LICITANTE AO PREGOEIRO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA – TRE-BA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2021 OBJETO: registro de preços visando a eventual contratação de serviços de sanitização e desinfecção predial, com fornecimento de material e mão de obra, nas instalações desta Justiça Eleitoral, localizadas na capital e no interior do Estado, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência. A licitante vem apresentar IMPUGNAÇÃO frente ao edital já referenciado, pelos motivos de fato e direitos. I - DOS FATOS A subscrevente tendo interesse em participar da licitação supramencionada, adquiriu o respectivo Edital. Ao verificar as condições para participação no pleito em tela, deparou-se com algumas omissões e irregularidades acerca das documentações exigidas, como exemplo deixar de solicitar os documentos abaixo para o lote 02 de sanitização: "Da Habilitação: 1- Não solicitar que as empresas apresentem o registro no ANVISA do fabricante do produto que será disponibilizado. 2- Não solicitar que as empresas apresentem registro no ANVISA do produto que será disponibilizado. 3- Não solicitar que as empresas apresentem Ficha técnica do produto que será disponibilizado. 4- Não solicitar que as empresas apresentem Ficha de informações de segurança do produto químico (FISPQ), informando a não necessidade de proteção respiratória e proteção para pele e corpo 5- Não solicitar que as empresas apresentem o Laudo de eficácia contra SARS-COV2 emitido por laboratório público com REBLAS – MS – ANVISA; 6- Não solicitar que as empresas apresentem documento comprovando eficiência do "long lasting" (tempo de duração). Sucede que a falta destas documentações que são primordiais, aumenta a possibilidade de QUALQUER empresa aventureira ingressar no certame II – DA ILEGALIDADE Por se tratar de um objeto com certa complexidade na sua execução, as empresas deverão demonstrar que detém conhecimentos técnicos e práticos para a execução do objeto constante no lote 02 (sanitização). A presente exigência justifica-se na possibilidade de melhorar a qualidade dos serviços prestados, que se diga, são de efetivo risco de dano ao meio ambiente, e conforme consta no objeto deste edital, entende-se a que a administração pública está comprometida com a atual situação criada pela pandemia do COVID-19 e as suas consequências para a sociedade, que vem realizando medidas preventivas e que através da sanitização busca oferecer um serviço mais especializado, que visa minimizar as possibilidades de contaminação pelo novo vírus. E que ainda o serviço também combata outros vírus, fungos, bactérias e ácaros causadores de outras patologias. DA EXIGENCIA DOS TÓPICOS 1 AO 6 DESTA PEÇA IMPUGNATÓRIA No que tange ao lote 02 (sanitização) deve ser levado em consideração a Nota técnica nº 22/2020 da ANVISA, bem como, a Nota técnica nº 26/2020 da Anvisa e Nota técnica nº 47/2020 da Anvisa, ora que, sanitização é 70% produto e 30% serviço. Portanto, o que manda no serviço de sanitização não é apenas saber aplicar, mas sim a CONFIABILIDADE do que está sendo aplicado, pois, se o produto não for de confiança, de nada importa a melhor aplicação. Ressalta-se que a ausência de solicitação de produtos registrados e fabricantes registrados no ANVISA acarreta riscos à saúde, tendo em vista, que se a empresa vencedora se utilizar de produtos inadequados, podem causar intoxicação, danificar maquinário, entre outras consequências negativas. Inclusive, o ideal do produto é que tenha durabilidade mínima de 60 dias, assim, a solicitação do laudo específico para produto sanitizante comprova a durabilidade mínima deste produto, bem como, atesta a qualidade e eficiência da sanitização para eliminação do Corona Virus. Vejamos abaixo uma decisão acerca da solicitação dos documentos relatados acima: Com base nesses fundamentos, anuiu o relator à proposta da unidade instrutiva no sentido de conceder prazo de quinze dias para que o tribunal fizesse constar do edital a exigência de que "as empresas participantes comprovem o cumprimento dos requisitos previstos na Lei 6.360/1976, no Decreto 8.077/2013 e na Resolução 16/2014/Anvisa, quando aplicável, de modo a garantir que o produto a ser licitado atenda aos requisitos técnicos necessários", o que foi acolhido pelo Plenário do TCU. (Grifamos.) (TCU, Acórdão nº 2.000/2016 – Plenário) Estas são as razões que necessitam adequação deste edital para não faltar a execução de qualidade e eficiência na função primordial de garantir ambientes com níveis aceitáveis de baixo teor infeccioso e contaminatório. III – DOS PEDIDOS Em face do exposto, requer-se seja a presente IMPUGNAÇÃO, recebida, apreciada e julgada procedente, com efeito para que seja feita inserção de que as empresas apresentem como documentos de habilitação para o lote de sanitização (lote 02): a) Registro no ANVISA do fabricante do produto que será disponibilizado. b) Registro no ANVISA do produto que será disponibilizado. c) Apresentem a Ficha técnica do produto que será disponibilizado. d) Apresentem a Ficha de informações de segurança do produto químico (FISPQ), informando a não necessidade de proteção respiratória e proteção para pele e corpo e) Apresentem o Laudo de eficácia contra SARS-COV2 emitido por laboratório público com REBLAS – MS – ANVISA; f) Apresentem o documento comprovando eficiência do "long lasting" (tempo de duração). Nestes Termos P. Deferimento. INTEIRO TEROR DA DECISÃO DA ADMINISTRAÇÃO AO PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA 1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/> PROCESSO : 0009887-85.2021.6.05.8000 INTERESSADO : @interessados\_quebra\_linha\_maiusculas@ ASSUNTO : Nega provimento impugnação Decisão nº 1649398 / 2021 - PRE/DG/ASSED Cuida-se de impugnação ao edital n.º 12/2021, apresentada pela empresa IMPUGNANTE, conforme documento n.º 1643331. Alega a impugnante que o Edital é omissivo e apresenta irregularidades quanto às condições de habilitação das empresas. Em suma, requer que as seguintes condições sejam previstas no edital para o lote 2- sanitização: a) Registro no ANVISA do fabricante do produto que será disponibilizado. b) Registro no ANVISA do produto que será disponibilizado. c) Apresentem a Ficha técnica do produto que será disponibilizado. d) Apresentem a Ficha de informações de segurança do produto químico (FISPQ), informando a não necessidade de proteção respiratória e proteção para pele e corpo e) Apresentem o Laudo de eficácia contra SARS-COV2 emitido por laboratório público com REBLAS – MS – ANVISA; f) Apresentem o documento comprovando eficiência do "long lasting" (tempo de duração). Em documento n.º 1645919, a Coordenadoria de Serviços Administrativos (COSAD) manifestou-se no sentido de que todas as condições estão previstas, conforme item 8, alínea t do Termo de Referência. O pregoeiro designado para condução da licitação, após a manifestação da área demandante, manifestou-se pelo não acolhimento da impugnação e submeteu à apreciação superior, documento n.º 1646015. A Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos e Questões Administrativas da Diretoria-Geral, mediante pronunciamento em parecer de n.º 191, documento n.º 1646621, concluiu: (...) 7. Pois bem. Em análise conjunta das disposições acima, podemos afirmar que este Tribunal cercou-se das cautelas necessárias para a contratação dos serviços de sanitização, quando fixou exigências relativas à qualificação das concorrentes, primando pela expertise a ser comprovada mediante apresentação de atestados de capacidade técnica, bem assim quanto ao atendimento das exigências legais que as habilitam para o serviço em questão, e que dizem respeito ao licenciamento concedido pelos órgãos competentes. Complementando-se a segurança na melhor contratação, estabeleceu, para a fase de execução, a obrigatória utilização de produtos em conformidade com as regras do órgão regulador (ANVISA). 7.1. Mais do que isso seria exorbitar dos comandos legais, vez que a Administração não pode exigir como critério de habilitação quaisquer documentos daqueles

elencados nos arts. 27 a 31 da Lei 8.666/1993. (...) 10. Pelo exposto, somos pelo não acolhimento da Impugnação, mantendo-se as condições de habilitação na forma originariamente vista no edital do Pregão nº 12/2021, e que dispensam prévia comprovação/verificação relativa aos produtos que serão utilizados pelas empresas na prestação dos serviços constantes do lote 2 (serviços de sanitização). Deste modo, lastreado no parecer da ASJUR, o qual acolho e adoto como razão de decidir, e com amparo nas atribuições do art. 123, VI, da Resolução Administrativa 04/2021, conheço da presente impugnação e, no mérito, nego-lhe provimento. Ao NUP, para as providências devidas, inclusive notificar a impugnante da decisão proferida, publicar a decisão e dar prosseguimento ao procedimento licitatório. RAIMUNDO VIEIRA Diretor-Geral Documento assinado eletronicamente por Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral, em 15/06/2021, às 15:27, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador 1649398 e o código CRC 201A1DF9. 0009887-85.2021.6.05.8000 1649398v6 INTEIRO TEOR DO PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA DESTA TRIBUNAL QUE LASTREOU A DECISÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA 1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/> PROCESSO : 0009887-85.2021.6.05.8000 INTERESSADO : EMPRESA IMPUGNANTE ASSUNTO : Impugnação de edital. Pregão nº 12/2021. Parecer nº 191 / 2021 - PRE/DG/ASJUR 1. Os autos foram enviados a esta Assessoria para análise de Impugnação formulada pela empresa IMPUGNANTE (doc. nº 1643331), versando sobre a ausência, no edital do Pregão nº 12/2021, de exigência de documentação supostamente obrigatória para a prestação dos serviços de sanitização, lote 2. 1.1. Discorrendo tratar-se de documentos de habilitação, a impugnante, ao final, pede que no edital passe a constar (literalmente transcrito): "a) Registro no ANVISA do fabricante do produto que será disponibilizado. b) Registro no ANVISA do produto que será disponibilizado. c) Apresentem a Ficha técnica do produto que será disponibilizado. d) Apresentem a Ficha de informações de segurança do produto químico (FISPQ), informando a não necessidade de proteção respiratória e proteção para pele e corpo e e) Apresentem o Laudo de eficácia contra SARS-COV2 emitido por laboratório público com REBLAS - MS - ANVISA; f) Apresentem o documento comprovando eficácia do "long lasting" (tempo de duração)." 2. Instada a se manifestar (doc. nº 1644563), a área demandante aduziu (doc. nº 1645919): "Com referência ao pedido de impugnação ao Edital nº 12/2021, instada esta unidade a se manifestar, informo, de ordem, que o item 8, "t" do respectivo Termo de Referência (doc.1629666 do SEI 0009887-85.2021) alcança e resolve em sua integralidade, s.m.j, a impugnação apresentada. Eis o teor do item 8, "t" do Termo de Referência em causa: "8 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA São obrigações da Contratada, além daquelas explícita ou implicitamente contidas no presente Termo de Referência e na legislação vigente: (...) t) Observar na execução dos serviços as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), da legislação de proteção ao Meio ambiente e da organização Mundial de Saúde (OMS)" 3. Com base em tal manifestação, o Pregoeiro se posicionou pela rejeição da Impugnação (doc. nº 1646015). É o breve Relatório. 4. O artigo 27, da Lei nº 8.666/93, estabelece qual documentação poderá ser exigida como condição de habilitação dos licitantes. Vejamos: "Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a: I - habilitação jurídica; II - qualificação técnica; III - qualificação econômico-financeira; IV - regularidade fiscal e trabalhista; V - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal" 5. Por seu turno, o edital do Pregão nº 12/2021 previu todo o rol de documentos que comprove a aptidão das concorrentes para a prestação dos serviços em tela, e, especificamente quanto à capacidade técnica, exigiu: 11.1.7. Qualificação técnica: a) Comprovação de que a empresa está registrada no conselho profissional competente para fiscalizar a atividade profissional do seu responsável técnico. b) Comprovação de que possui, em seu quadro permanente de pessoal, durante a execução do contrato, profissional de nível superior ou médio profissionalizante, devidamente habilitado para exercer as atividades objeto desta contratação, com registro válido no Conselho Profissional competente, além da comprovação oficial da competência para exercer tal função, emitida pelo seu conselho profissional; b.1) A comprovação de vínculo profissional com a empresa poderá ser demonstrada, entre outros meios, através de carteira de trabalho, contrato de prestação de serviços ou do contrato social, ou pela certidão de registro da empresa na entidade profissional em que conste o nome do profissional como seu responsável técnico ou, ainda, de declaração da contratação futura do profissional, acompanhada da declaração de sua anuência; b.2) Comprovação de que o profissional citado na alínea b é o Responsável Técnico da empresa; c) Comprovação, por meio de Atestado de Capacidade Técnico-Operacional de que a futura contratada executou serviços de sanitização de ambientes, emitido por órgão da Administração Pública em geral ou Entidade Privada, em nome da empresa, devendo constar do atestado emitido pelas pessoas jurídicas de direito privado o nome completo do signatário e o número do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), estando as informações sujeitas à verificação de sua veracidade por parte do Tribunal. 5.1. Além disso, no que diz respeito ao regular exercício da atividade, estabeleceu, no quesito habilitação jurídica: e) ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir. e.1) Licença Ambiental, ou termo equivalente concedida pelo órgão ambiental competente; e.2) Licença sanitária ou termo equivalente concedido pelo órgão sanitário competente. e.3) A empresa instalada em cidade que não possua autoridade municipal sanitária e ambiental está obrigada a comprovar a licença junto à autoridade sanitária e ambiental regional competente, estadual ou distrital a que município pertença. 6. Por seu turno, o Termo de Referência (TR), como bem salientado pela área demandante, traz como obrigação da futura Contratada, na execução dos serviços, a observância às regras da ANVISA e OMS. 7. Pois bem. Em análise conjunta das disposições acima, podemos afirmar que este Tribunal cercou-se das cautelas necessárias para a contratação dos serviços de sanitização, quando fixou exigências relativas à qualificação das concorrentes, primando pela expertise a ser comprovada mediante apresentação de atestados de capacidade técnica, bem assim quanto ao atendimento das exigências legais que as habilitam para o serviço em questão, e que dizem respeito ao licenciamento concedido pelos órgãos competentes. Complementando-se a segurança na melhor contratação, estabeleceu, para a fase de execução, a obrigatória utilização de produtos em conformidade com as regras do órgão regulador (ANVISA). 7.1. Mais do que isso seria exorbitar dos comandos legais, vez que a Administração não pode exigir como critério de habilitação quaisquer documentos diversos daqueles elencados nos arts. 27 a 31 da Lei 8.666/1993. 8. Além disso, em pesquisa empreendida por nós, foi possível perceber uma certa dificuldade na classificação de produtos como verdadeiramente eficazes no combate ao SARS-CoV-2. É o que se extrai, por exemplo, de material disponibilizado pela ANVISA, em tópico de perguntas e respostas1: "Pergunta É permitido mencionar que o produto auxilia no combate ao Corona Vírus. Resposta O nome da doença é COVID-19, o microrganismo causador é o SARS-CoV-2, Coronavírus é a família a qual esse bichinho pertence. Para apregoar ação contra esse vírus é necessário apresentar teste de eficácia conduzido por laboratório credenciado. Como não existe cepa disponível para avaliação desse vírus, até o momento, a empresa pode avaliar com cepas de microrganismos semelhantes como H1N1 e Coronavírus anteriores. Se aprovado, deixamos mencionar no rótulo que combate microrganismo semelhante afim de orientar corretamente os consumidores." 9. Sendo assim, julgamos que, na forma indicada no edital, caberá à fiscalização, durante a fase de execução contratual, verificar a observância da empresa no que diz respeito à utilização de produtos aprovados pela ANVISA, na prestação dos serviços de sanitização. Agora, na fase do certame, bastará que as licitantes comprovem preencher os requisitos de habilitação jurídica e qualificação técnica listados no ato convocatório, acima reproduzidos. 10. Pelo exposto, somos pelo não acolhimento da Impugnação, mantendo-se as condições de habilitação na forma originariamente vista no edital do Pregão nº 12/2021, e que dispensam prévia comprovação/verificação relativa aos produtos que serão utilizados pelas empresas na prestação dos serviços constantes do lote 2 (serviços de sanitização). É o parecer, sub censura. À ASSESD. 1. Visto em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/educacaoepesquisa/webinar/saneantes/arquivos/2883json-file-1> Documento

assinado eletronicamente por Silene Mascarenhas de Souza, Assessor, em 14/06/2021, às 17:43, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador 1646621 e o código CRC E9A96F73. 0009887-85.2021.6.05.8000 1646621v24

**Fechar**